



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.ª SL

Aos 30 dias do mês de junho de 2020, pelas 15 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1.

- A) Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
- B) Distribuição de iniciativas europeias;
- C) Anúncio dos votos que baixaram à 1.ª Comissão;

2. **Apreciação e votação do parecer, para efeitos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei Orgânica do regime do Referendo, sobre a Iniciativa Popular de Referendo «A (des)Penalização da morte a pedido» - Relator: Deputado António Filipe (PCP)**

3. **Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias:**

- COM (2020) 220 - Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia - Relator: Deputado Duarte Marques (PSD);
- COM(2020)225 - Proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 168/2007 que cria a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia - Relatora: Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS);

4. **Discussão, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do RAR, do Projeto de Resolução n.º 512/XIV/1 (PAN) - Recomenda ao Governo o reforço da vigilância epidemiológica da COVID-19 nas fronteiras nacionais;**

5. **Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos seguintes Projetos de Voto:**

- Voto n.º 215/XIV/1.ª (PS) - De condenação pelas declarações atentatórias à democracia representativa e de apologia da violência contra a Assembleia da República;
- Voto n.º 261/XIV/1.ª (Ninsc.) - De saudação pela comemoração do Dia da Consciência;

6. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN, para solicitação de parecer escrito a um conjunto de associações, relativamente às iniciativas legislativas relacionadas com a alteração do Código Penal e Código de Processo Penal quanto aos crimes contra animais [Projetos de Lei n.ºs 112/XIV (PSD), 183/XIV (PAN), 202/XIV (PS) e 211/XIV (BE)];**

7. **Outros assuntos.**

16:30 Horas - Audição da Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para prestar esclarecimentos sobre as informações veiculadas recentemente na imprensa, de que o SEF, no Aeroporto de Lisboa, estará a permitir a entrada e permanência no território português de cidadãos estrangeiros que não reúnem os requisitos legais para tal, porque não existem condições de alojamento para os instalar temporariamente, até se efetivar a respetiva repatriação (a requerimento do PSD).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.ª SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição e comunicação de baixa das seguintes iniciativas:

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 38 XIV 1.ª ALRAA	Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, e 4/2015, de 16 de março	30-06-2020 Relatora: Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS)	Consultas a promover: CNE, ANAFRE, ANMP e Direção para a área de Administração Eleitoral da Secretaria Geral da Administração Interna

A Relatora nomeada recordou que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 169.º do RAR, iniciativa deveria ser agendada com brevidade, pelo que se propunha apresentar o seu projeto de parecer com celeridade, tendo o Senhor Presidente agradecido o sentido de urgência manifestado e recordado que o agendamento da discussão e votação do parecer dependerá do seu agendamento para Plenário, em Conferência de Líderes, a qual reuniria no dia subsequente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 537 XIV 1.ª (BE)	Recomenda o apoio às associações e coletivos LGBTI no âmbito da crise epidémica	26-06-2020	26-06-2020	30-06-2020	Solicitada pelo proponente a apreciação em Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.ª SL

APRECIACÃO PARLAMENTAR

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO
Apreciação Parlamentar n.º 11/XIV/1.ª (PCP)	Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que "estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19"	11-05-2020	26-06-2020	30-06-2020
Apreciação Parlamentar n.º 18/XIV/1.ª (BE)	Decreto-lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19	03-06-2020	26-06-2020	30-06-2020

Foi também distribuída a seguinte iniciativa europeia:

COM(2020)422 03/06/2020	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização da margem para imprevistos em 2020 com vista a assegurar a continuidade do apoio humanitário aos refugiados na Turquia	Dep. José Manuel Pureza	30-06-2020				
--	---	-------------------------	------------	--	--	--	--

Foi igualmente anunciada a baixa à Comissão dos seguintes projetos de voto:

263/XIV/1.ª (PAN)	Projeto de Voto de Pesar pela morte da ativista Regan Russel
267/XIV/1.ª (PSD)	Projeto de Voto de Saudação pelo Dia Mundial do Refugiado
270/XIV/1.ª (BE)	Projeto de Voto de Saudação pelo Dia Nacional das Pessoas Ciganas

Em seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou o seu parecer sobre a admissibilidade, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei Orgânica do Regime do Referendo, da Iniciativa Popular de Referendo sobre «A (des)Penalização Aprovada em 21-07-2020

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.ª SL

da morte a pedido». O Relator explicitou que o seu parecer continha uma resenha do pedido dos subscritores da iniciativa, aludia ao despacho do Senhor Presidente da Assembleia que fizera baixar a iniciativa à Comissão para emissão de parecer sobre a admissibilidade da iniciativa, uma vez verificada a respetiva regularidade formal – verificação do número e autenticidade dos seus subscritores -, descrevia o regime constitucional e legal da iniciativa popular de referendo e pronunciava-se sobre a verificação dos requisitos constitucionais e legais para a sua admissão, sem tomar posição sobre a constitucionalidade material da iniciativa, a qual deve ser dirimida em fase subsequente, pelo Tribunal Constitucional. Assinalou apenas duas questões a clarificar no decurso do processo de tramitação: a definição do universo eleitoral, não formulada pelos proponentes, e a compatibilização com prazos eleitorais, atentos os atos eleitorais a ter lugar nos próximos meses, o que diria respeito aos poderes presidenciais de convocação.

Após um breve debate com a participação dos Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e Isabel Alves Moreira (PS), que cumprimentaram o Relator pelo seu parecer, o Senhor Presidente observou que não se tratava de não fazer uma apreciação material sobre a iniciativa, mas o que o parecer assinalava era que a pergunta e o resultado de um eventual ato referendário é que constituíam matéria que não cabia à Comissão dirimir, se controvertida.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PAN e do DURP do Chega.

Procedeu-se então à apreciação e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias:

- COM (2020) 220 - [Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia](#), que foi apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado Duarte Marques (PSD), após o que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do DURP do Chega;
- COM(2020)225 - [Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento \(CE\) n.º 168/2007 que cria a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#), que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.^a SL

Isabel Almeida Rodrigues (PS), após o que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do DURP do Chega.

O ponto seguinte foi adiado, a solicitação do proponente, tendo sido sugerido que a discussão viesse a ocorrer em conjunto com a 2.^a, 6.^a ou 9.^a Comissões, o que foi considerado inexecutável.

No ponto seguinte, procedeu-se à discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos projetos de voto n.ºs:

- 261/XIV/1.^a (Ninsc) – [De saudação pela comemoração do Dia da Consciência](#), que, após apresentação pela proponente e intervenção do Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), de declaração de adesão ao voto, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do DURP do Chega;

- 215/XIV (PS) - [De condenação pelas declarações atentatórias à democracia representativa e de apologia da violência contra a Assembleia da República](#), apresentado pela Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), foi objeto de debate, no qual intervieram o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) – que considerou que o projeto, aparentando pretender condenar o incitamento à violência, tinha como intenção dissimulada achincalhar um autarca do PSD que, em esclarecimento público posterior, assumira o erro - e Joacine Katar Moreira (Ninsc), que subscreveu as palavras da proponente, recordando que, numa época em que o discurso de ódio era relaxado, se tornava absolutamente necessária a aprovação de um tal voto, que constituísse um desincentivo a comportamentos similares. A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) refutou a acusação de que a intenção fosse proceder a um linchamento de carácter do autarca e assinalou que, em tempos de indiferenciação perante o discurso de ódio, é necessário defender a Assembleia de populismos e não nos dedicarmos à indiferenciação moral das palavras. Submetido a votação, foi o voto aprovado com votos a favor do PS, BE e Deputada Ninsc e contra do PSD, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do DURP do Chega.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.ª SL

No sexto ponto, foi apreciado o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN, para solicitação de parecer escrito a um conjunto de associações, relativamente às iniciativas legislativas relacionadas com a alteração do Código Penal e Código de Processo Penal quanto aos crimes contra animais [Projetos de Lei n.ºs 112/XIV (PSD), 183/XIV (PAN), 202/XIV (PS) e 211/XIV (BE)].

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) explicitou o seu requerimento, que foi aprovado por unanimidade, tendo sido deliberado conceder às entidades ali previstas o praxo máximo de 8 dias para envio de contributos escritos, atenta a necessidade de não inviabilizar a conclusão dos trabalhos legislativos.

Por fim, o Senhor Presidente deu nota de que não seria possível ao Conselho de Fiscalização do SIRP apresentar o parecer sobre o funcionamento do SIRP relativo ao primeiro semestre de 2020 a tempo de se proceder à sua audição sobre tal parecer e sobre o de 2019 ainda no mês de julho, ficando pois acertada para setembro tal audição.

Às 16h45min teve início a audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, da Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para prestar esclarecimentos sobre as informações veiculadas recentemente na imprensa, de que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no Aeroporto de Lisboa, estaria a permitir a entrada e permanência no território português de cidadãos estrangeiros que não reuniam os requisitos legais para tal, porque não existiam condições de alojamento para os instalar temporariamente, até se efetivar a respetiva repatriação.

Após o Senhor Presidente explicar a metodologia segundo a qual iria decorrer a audição, teve lugar a intervenção do Senhor Deputado Duarte Marques, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, para apresentação do requerimento.

A Senhora Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Cristina Gatões, prestou os esclarecimentos solicitados pelo Grupo Parlamentar requerente relativamente às condições de alojamento dos cidadãos estrangeiros que não reuniam condições para entrarem e permanecerem em território português, tendo depois respondido no final ao conjunto das questões e comentários dos Senhores Deputados

Aprovada em 21-07-2020

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.^a SL

Isabel Rodrigues (PS), Duarte Marques (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE) e Joacine Katar Moreira (Ninsc).

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata , o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2020.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 43/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
António Filipe
Catarina Rocha Ferreira
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Jocaine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Pedro Rodrigues
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Bebiana Cunha
Carlos Peixoto
Duarte Marques
Emília Cerqueira
Fernando Negrão
Jorge Lacão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Artur Soveral Andrade

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
Inês de Sousa Real